Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

26/07/2016

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1
   1.2. CEMULHER..... 2 - 3
   1.3. POSSE..... 4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. AÇÕES TJMA..... 5
   2.2. CEMULHER..... 6
   2.3. JUIZADOS ESPECIAIS..... 7 - 9
3. JORNAL CORREIO POPULAR
   3.1. JUÍZES..... 10 - 12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. AÇÕES TJMA..... 13 - 14
   4.2. DECISÕES..... 15
   4.3. PLANTÃO NO TJMA..... 16
   4.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 17 - 21
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. ASSESSORIA..... 22
   5.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 23
   5.3. RÁDIO WEB JUSTIÇA..... 24
   5.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 25
6. JORNAL O IMPARCIAL
   6.1. POSSE..... 26
7. JORNAL O PROGRESSO
   7.1. AÇÕES TJMA..... 27
   7.2. DECISÕES..... 28
   7.3. JUIZADOS ESPECIAIS..... 29 - 31
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. AÇÕES TJMA..... 32
   8.2. CEMULHER..... 33
   8.3. DECISÕES..... 34
   8.4. DESEMBARGADOR..... 35
   8.5. JUIZADOS ESPECIAIS..... 36 - 37
   8.6. PONTO FACULTATIVO / FERIADO..... 38
   8.7. RÁDIO WEB JUSTIÇA..... 39
   8.8. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 40

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA adere à campanha nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aderiu e está dando efetivo apoio à 3ª Semana Nacional de Mobilização de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é sensibilizar a sociedade sobre a realidade do tráfico de pessoas.

A mobilização começa nesta segunda-feira (25) e se estende até sábado (30), período em que serão acesas luzes na cor azul nos prédios do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça, para sensibilizar a sociedade sobre a problemática.

A campanha – de iniciativa do Ministério da Justiça e Cidadania – é alusiva ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, comemorado em 30 de julho. Além do Tribunal, instituições da sociedade civil, órgãos governamentais de todas as unidades da federação estão envolvidos na campanha, promovendo seminários, rodas de diálogos, blitz educativa, distribuição de materiais, entre outras iniciativas.

As ações realizadas em espaços institucionais e que se tornaram boas práticas estão sendo replicadas e adaptadas nos estados, municípios e no Distrito Federal. As abordagens da campanha serão feitas em locais, onde as pessoas ficam mais suscetíveis ao tráfico, como aeroportos, escolas, rodoviárias e regiões de fronteira.

TRÁFICO - O tráfico de pessoas é a retirada da pessoa de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país, para fins como exploração sexual, trabalho equivalente ao de escravo, extração de órgãos humanos, adoção ilegal e vários outros. Esse crime, muitas vezes, passa despercebido, mas é o terceiro mais lucrativo no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Lei Maria da Penha é discutida durante Seminário na Semana da Mulher 7

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Lei Maria da Penha é discutida durante Seminário na Semana da Mulher

"Os avanços e desafios dos 10 anos da Lei Maria da Penha" foi o tema da palestra ministrada pela promotora de Justiça e ativista dos direitos da mulher, Gabriela Manssur (MP/SP), na sexta-feira (22), no Fórum de São Luís (Calhau), durante o Seminário "Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: Como enfrentá-la".

O evento integrou as atividades da "I Semana de Valorização da Mulher", promovida pela Coordenadoria Estadual de Combate à Violência contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), que tem como presidente a desembargadora Angela Salazar. A programação vai até o dia 27 de julho.

No sábado (23), magistradas, servidores e demais integrantes das ações da Semana se dividiram em shoppings da cidade de São Luís para realizar panfletagens e atividades de conscientização sobre a importância do combate à violência contra a mulher.

Já no domingo (24), servidores, magistrados, parceiros e pessoas da comunidade caminharam pela Avenida Litorânea, no início da manhã, mobilizados pela luta em defesa das mulheres e fortalecendo a união de instituições nas ações contra a violência de gênero. A desembargadora Angela Salazar, juntamente com a secretária Estadual da Mulher, Laurinda Pinto, capitanearam a caminhada, que conclamou a todos a trabalharem por uma cultura de paz.

PALESTRA - Ao discorrer sobre a temática da Lei Maria da Penha, a promotora Gabriela Manssur, de São Paulo, destacou que a violência é um problema sistemático, de responsabilidade não só da Justiça, como também do Governo, Terceiro Setor e de toda a sociedade. "Precisamos acreditar na causa e lutarmos juntos para combatermos os altos índices de violência feminina que assolam nosso país".

Gabriela Mansur - que também é membro da Comissão Nacional dos Promotores de Justiça, que atuam no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Grupo Nacional de Direitos Humanos -, citou os principais avanços conquistados após 10 anos de existência da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), dentre eles: as medidas protetivas – que garantem a segurança e proteção da mulher; o fato de a violência contra a mulher ter deixado de ser um crime de menor potencial ofensivo e passado a ser crime grave; e, principalmente, a Lei do Feminicídio – que alterou o Código Penal, determinando penalidades mais severas nos casos de violência doméstica e familiar, inclusive transformando em homicídio qualificado assassinatos femininos.

A promotora enumerou, também, os principais desafios na área – criação de um maior número de delegacias e promotorias especializadas e casas de passagem; delegacias da mulher, espalhadas pelos bairros e que funcionem 24 horas; implementação de projetos sociais e trabalhos voltados para a ressocialização dos agressores; atendimento humanizado prestado por equipe multidisciplinar, nas delegacias, a fim de inserir as vítimas, imediatamente, na rede protetiva e, assim, evitar a revitimização da mulher, que, segundo a promotora, é ouvida, em média, até oito vezes, da fase de inquérito até o julgamento.

A ativista também discutiu as principais situações constatadas por ela, durante as audiências, tais como: as mulheres agredidas assumem a culpa, alegando desequilíbrio, alcoolismo ou ciúmes; o homem culpabiliza a vítima; o homem assume a agressão, as ameaças, mas não compreende que o ato praticado é um crime; o agressor alega ser simplesmente "briga de casal"; quando o agressor possui vício em álcool ou drogas, e não assume; prejuízo patrimonial – quando a vítima abandona o lar, deixando tudo pra trás.

Ao falar sobre a sociedade desigual e machista, Gabriela fez um apelo aos presentes."Precisamos valorizar sempre - e sem preconceitos - o depoimento da mulher vítima de violência - especialmente nos casos de abuso sexual – tanto no andamento dos processos judiciais, quando no atendimento da mulher, nos espaços públicos e privados. Só assim, iremos progredir. Peço a todos que lutem, acreditem na causa. Quem salva uma vida, salva todas", pontuou, citando casos nacionais de violência feminina (estupros coletivos), que repercutiram no país, em que o comportamento das vítimas, muitas das vezes, foi prejulgado.

TRANSFORMAÇÃO - Gabriela Manssur ressaltou que a sociedade brasileira precisa passar, com urgência, por uma grande transformação cultural, investindo no diálogo e trabalhos sociais com os agressores, e na educação dos meninos, desde a época da escola, para que eles jamais agridam uma mulher.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Ivis Monteiro é titularizado na Comarca de São João Batista

Há quase um ano vaga, a Comarca de São João Batista ganha novo juiz titular: Ivis Monteiro Costa, um dos cinco novos magistrados empossados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, no último dia 20 de julho.

Natural de Acaraju (SE), Ivis Monteiro, ao ser empossado, reafirmou o compromisso com a prestação jurisdicional ao povo do Maranhão. "Quero firmar o compromisso com a população maranhense de uma prestação jurisdicional célere e eficiente", afirmou.

Durante esta semana, os juízes passam por reuniões com a Corregedoria Geral da Justiça e tomam as últimas providências para, a partir de 1º de agosto, se apresentarem em suas comarcas.

A Comarca de São João Batista foi criada em 1967, pela Lei nº 2.814, e instalada em setembro de 1969. Fica a 284km de São Luís, integrante do Polo de Pinheiro. A comarca estava vaga desde 25 de agosto de 2015.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

JUDICIÁRIO

TJMA adere à campanha de enfrentamento ao tráfico de pessoas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aderiu e está dando efetivo apoio à 3ª Semana Nacional de Mobilização de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é sensibilizar a sociedade sobre a realidade do tráfico de pessoas.

A mobilização começou na segunda-feira (25) e se estende até sábado (30), período em que serão acesas luzes na cor azul nos prédios do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça, para sensibilizar a sociedade sobre a problemática.

A campanha – de iniciativa do Ministério da Justiça e Cidadania – é alusiva ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, comemorado em 30 de julho. Além do Tribunal, instituições da sociedade civil, órgãos governamentais de todas as unidades da federação estão envolvidos na campanha, promovendo seminários, rodas de diálogos, blitz educativa, distribuição de materiais, entre outras iniciativas.

As ações realizadas em espaços institucionais e que se tornaram boas práticas estão sendo replicadas e adaptadas nos estados, municípios e no Distrito Federal. As abordagens da campanha serão feitas em locais, onde as pessoas ficam mais suscetíveis ao tráfico, como aeroportos, escolas, rodoviárias e regiões de fronteira.

TRÁFICO - O tráfico de pessoas é a retirada da pessoa de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país, para fins como exploração sexual, trabalho equivalente ao de escravo, extração de órgãos humanos, adoção ilegal e vários outros. Esse crime, muitas vezes, passa despercebido, mas é o terceiro mais lucrativo no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

LEI MARIA DA PENHA É DISCUTIDA EM SEMINÁRIO NA SEMANA DA MULHER

"Os avanços e desafios dos 10 anos da Lei Maria da Penha" foi o tema da palestra ministrada pela promotora de Justiça e ativista dos direitos da mulher, Gabriela Manssur (MP/SP), na sexta-feira (22), no Fórum de São Luís (Calhau), durante o Seminário "Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: Como enfrentá-la".

O evento integrou as atividades da "I Semana de Valorização da Mulher", promovida pela Coordenadoria Estadual de Combate à Violência contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), que tem como presidente a desembargadora Angela Salazar. A programação vai até o dia 27 de julho.

No sábado (23), magistradas, servidores e demais integrantes das ações da Semana se dividiram em shoppings da cidade de São Luís para realizar panfletagens e atividades de conscientização sobre a importância do combate à violência contra a mulher.

Já no domingo (24), servidores, magistrados, parceiros e pessoas da comunidade caminharam pela Avenida Litorânea, no início da manhã, mobilizados pela luta em defesa das mulheres e fortalecendo a união de instituições nas ações contra a violência de gênero. A desembargadora Angela Salazar, juntamente com a secretária Estadual da Mulher, Laurinda Pinto, capitanearam a caminhada, que conclamou a todos a trabalharem por uma cultura de paz.

Palestra ministrada pela promotora de Justiça, Gabriela Manssur

PALESTRA - Ao discorrer sobre a temática da Lei Maria da Penha, a promotora Gabriela Manssur, de São Paulo, destacou que a violência é um problema sistemático, de responsabilidade não só da Justiça, como também do Governo, Terceiro Setor e de toda a sociedade. "Precisamos acreditar na causa e lutarmos juntos para combatermos os altos índices de violência feminina que assolam nosso país".

Gabriela Mansur - que também é membro da Comissão Nacional dos Promotores de Justiça, que atuam no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Grupo Nacional de Direitos Humanos -, citou os principais avanços conquistados após 10 anos de existência da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), dentre eles: as medidas protetivas – que garantem a segurança e proteção da mulher; o fato de a violência contra a mulher ter deixado de ser um crime de menor potencial ofensivo e passado a ser crime grave; e, principalmente, a Lei do Feminicídio – que alterou o Código Penal, determinando penalidades mais severas nos casos de violência doméstica e familiar, inclusive transformando em homicídio qualificado assassinatos femininos.

A ativista também discutiu as principais situações constatadas por ela, durante as audiências, tais como: as mulheres agredidas assumem a culpa, alegando desequilíbrio, alcoolismo ou ciúmes; o homem culpabiliza a vítima; o homem assume a agressão, as ameaças, mas não compreende que o ato praticado é um crime; o agressor alega ser simplesmente "briga de casal"; quando o agressor possui vício em álcool ou drogas, e não assume; prejuízo patrimonial – quando a vítima abandona o lar, deixando tudo pra trás.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

DENTRO DE AGÊNCIA

BRADESCO TERÁ QUE INDENIZAR MULHER QUE FOI ENGANADA

O Banco Bradesco S/A terá que indenizar uma mulher que sofreu fraude dentro de uma agência em Timon. De acordo com o processo, a autora relata que até uma agência do Bradesco e lá uma mulher se identificou como funcionaria do banco. De pronto, ela entregou à mulher o cartão com senha. A falsa funcionária, depois de manusear o cartão da reclamante em dois caixas eletrônicos, informou que não tinha nenhum dinheiro na conta, devolvendo-lhe seu cartão. *- Pag. 3*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

DENTRO DE AGÊNCIA

BRADESCO TERÁ QUE INDENIZAR MULHER QUE FOI ENGANADA

O Banco Bradesco S/A terá que indenizar uma mulher que sofreu fraude dentro de uma agência em Timon. De acordo com o processo, a autora relata que até uma agência do Bradesco e lá uma mulher se identificou como funcionaria do banco. De pronto, ela entregou à mulher o cartão com senha. A falsa funcionária, depois de manusear o cartão da reclamante em dois caixas eletrônicos, informou que não tinha nenhum dinheiro na conta, devolvendo-lhe seu cartão.

A autora soube, no mesmo dia, que alguém efetuou saque no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) de sua conta. A consumidora registrou boletim de ocorrência, todavia o banco não restituiu o dinheiro. Ela então procurou o Juizado Especial Cível e Criminal de Timon e apresentou seu pedido para seja o banco condenado a devolver o valor sacado indevidamente no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) e R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais) a título de danos morais.

A sentença considerou mais um caso em que a autora foi vítima de fraude praticada por terceiros e que esse fato não ex-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

clui a responsabilidade do banco que, na espécie é objetiva, ou seja, independe de culpa.

"É de se considerar que o banco realiza negócio de risco e diante das inúmeras e conhecidas fraudes realizadas corriqueiramente, deve cercar-se de mecanismos de controle e segurança, a fim de averiguar a veracidade das informações prestadas por pretensos clientes e a autenticidade das operações realizadas com o cartão magnético nos dispositivos ATM (caixas eletrônicos), os dotando de mecanismos de segurança que sejam mais que meros cartão e senha, pois estes são obtidos facilmente pelos fraudadores ainda mais levando em conta as peculiaridades da autora que é pessoa idosa", destacou Rogério Monteles na decisão.

Ao final, o pedido foi julgado procedente e o banco Bradesco foi condenado a restituir o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) e ainda pagar à autora da ação o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais. A decisão judicial informa que o banco Bradesco pode recorrer da condenação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ENTREVISTA

Maestro Giovani Pietrinni

Maestro, 47 anos e já bem conhecido em Imperatriz no que se refere a cultura. Giovani Pietrinni ingressou no mundo das artes logo cedo, aos 14 anos. Morou em cidades como Manaus, São Paulo e São Luís...
>>Pág. 05

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ENTREVISTA

Maestro Giovani Pietrinni

"Eu defendo a educação musical como base pra educação sublime do ser humano"

Brenda Herênio

Maestro, 47 anos e já bem conhecido em Imperatriz no que se refere a cultura. Giovani Pietrinni ingressou no mundo das artes logo cedo, aos 14 anos. Morou em cidades como Manaus, São Paulo e São Luís. Já trabalhou em diversos corais, escolas e teatros. Ajudou a fundar a Universidade Especializada em Belas Artes que fica implantada na Universidade Estadual do Amazonas. Trouxe para Imperatriz a ideia de um Conservatório voltado para a formação de pessoas nas áreas de música e teatro. Este ano o prédio será inaugurado e atenderá mil pessoas por semestre. Conversamos sobre identidade, incentivo e sobreviver da arte. Confira a entrevista:

Quando e como começou sua história no mundo das artes?

Aqui em Imperatriz, minha família chegou em 1979. Vivi aqui até 1983. Saí daqui e fui estudar, com plano de me aperfeiçoar e vir para cá para ajudar a cidade nessa questão cultural. Desde o tempo que estive no colégio interno, trabalhei com música. Passei por Manaus, São Luís e São Paulo. Por onde estive trabalhei com teatro e música, formando bandas e corais, escrevendo e dirigindo peças. Minha formação na música começou no Instituto Adventista Agroindustrial do Amazonas, depois passei pelo Instituto de Educação do Amazonas que foi onde conclui minha primeira fase de estudos. Lá ainda no Amazonas ajudamos a formatar um projeto que se tornou um grande avanço musical e cultural no Teatro Amazonas. Este projeto mais tarde se tornou a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que é a Universidade Especializada em Belas Artes. Para estudar lá, a pessoa de preferência tem que ser da Amazônia, mesmo que não seja brasileira. Lá a pessoa estuda arquitetura, música, dança, teatro, cinema, o que você pensar voltado para as belas artes. Eu fico feliz de saber que nosso projeto culminou nisso. 1994 fui para São Luís, lá fundamos alguns corais, e criamos O Instituto de Educação e Cultura Musical Jubillat. Criamos alguns corais. Participamos de festivais de renome como o Femaco. Depois aceitei lecionar música numa escola particular de ensino fundamental e médio. Lá nós implantamos a disciplina de música associada à metodologia Montessoriana. Retornei para Imperatriz em 2001, com intuito de trabalhar com música e teatro. Aqui chegando, participei de um concurso seletivo da prefeitura de Imperatriz e estou até agora lotado na Fundação Cultural de Imperatriz. Assim que chegamos fundamos o coral da cidade, "Os Timbira", que ao longo de seus 15 anos de existência já se apresentou para mais de 50 mil pessoas. Posteriormente, após sete anos, criamos o coral infantil "Os Curumins" que tem sido outro sucesso de público e crítica. Ministramos diversos cursos de formação musical de forma gratuita nas dependências da fundação cultural de Imperatriz e na sede da Sociedade Timbira de Cultura. Trabalhei também com corais nas escolas do estado e nos apresentamos na inauguração do Centro de Convenções com um coral formado por cerca de 2.200 crianças. Hoje na Fundação eu participo da coordenação de programas e projetos musicais, coordeno tecnicamente as festas públicas e sou responsável pelo acompanhamento da Construção do Conservatório de Imperatriz.

Como surgiu a ideia da Criação do Conservatório de Imperatriz?

Eu defendo a educação musical como base pra educação sublime do ser humano. A ideia surgiu há 15 anos, quando retornei a Imperatriz, e ainda este ano vai ser inaugurado. Ele fica no bairro Santa Rita. Esse projeto só foi possível porque algumas pessoas muito importantes cerraram fileiras comigo nisso. Estão envolvidos Ministério Público do Trabalho através do Dr. Ítalo, a Vara da Infância e Juventude através do Dr. Delvan Tavares, a Fundação Cultural na pessoa do Lucena Filho que nesses oito anos de trabalho juntos não mediu esforços pra que a gente conseguisse concretizar esse projeto, e a sensibilização do prefeito Sebastião Madeira, pois se não fosse ele, talvez esse projeto não teria saído do campo da idéias, pois houve necessidade da prefeitura doar o terreno, preparar o solo, indenizar uma família que habitava o local, e, só essa contrapartida, demandou muitos recursos. O Prefeito poderia ter feito outra obra. Esse dinheiro poderia ter vindo para outra situação, mas, todavia veio direta e especificamente para a construção do Conservatório de Imperatriz. A ideia do conservatório é que ele não seja só musical, mas dramático também. Pra comportar a formação tanto na área do teatro quanto da música. Esse é o foco. Ele vai atingir por volta de mil pessoas por semestre. Já é um número considerável e eu posso dizer com orgulho que é uma das poucas casas no Norte/Nordeste que foi pensada e construída desde a sua fundação para a música. Na sua maioria, outros conservatórios e escolas foram construídos em casas adaptadas.

Como você enxerga a cultura de Imperatriz atualmente?

As pessoas falam que a cultura da cidade não tem identidade. Mas quem fala isso não entende de cultura e não entende de história. Desculpem-me os que se sentirem ofendidos com isso, mas, Imperatriz tem uma identidade. A identidade de Imperatriz é a pluralidade cultural. Então, se eu quero que alguma ação cultural aconteça a contento, é só colocar pra frente, pois culturalmente vai dar certo. Aqui nós temos público consumidor pra todas as áreas e manifestações culturais. A nossa cidade é um exemplo primo de uma cidade cosmopolita. Nós temos representantes até de diversas outras nações estrangeiras, além de pessoas advindas de diversos estados brasileiros. A identidade cultural passa por essa pluralidade cultural, essa diversidade. Não tem uma coisa só. Aqui comporta todas as manifestações culturais.

O que falta para a cultura ter o espaço que precisa e merece na cidade?

Basta que o poder público mantenha a fundação cultural fortalecida e que se criem outros departamentos, inclusive o de museu e memória. A sétima arte deve ser estimulada para a produção de curtas, média e longa metragem. Há necessidade de um teatro municipal, pois o único que temos na cidade pertence à Associação Artística de Imperatriz e é muito pequeno, não comportando grandes produções. Por isso precisamos de um teatro de 400 a 500 lugares para que Imperatriz entre no circuito de médios e grandes espetáculos teatrais do Brasil. Imperatriz comporta e tem público pra isso. Há

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reprodução

> As pessoas falam que a cultura da cidade não tem identidade. Mas quem fala isso não entende de cultura e não entende de história. Desculpem-me os que se sentirem ofendidos com isso, mas, Imperatriz tem uma identidade. A identidade de Imperatriz é a pluralidade cultural.

carência também de uma escola de formação de atores e de dançarinos, tanto no campo clássico como no popular, criação de Companhias de Teatro e Dança. Reestruturação dos Corais Timbira e Curumins. Criação de uma Banda Sinfônica dentro do seio do Conservatório. Regulamentação e alimentação do fundo municipal de cultura. Precisamos ainda termos todos os seguimentos culturais organizados em instituições de classe, pois nossos artistas sofrem por falta de representatividade.

Quais os avanços culturais locais nos últimos anos?

Tivemos avanços com leis específicas culturais que salvaguardam uma série de ações que foram feitas já nessa gestão atual. Leis que vem amparar e dar sustentabilidade pra ações vindouras. Houve resgate das festas carnavalescas para a família. Implantação do projeto de Arte e Cidadania nas escolas, manutenção de festas públicas e o resgate das festas juninas com o Arraial do povo festeiro. Realização de concursos de pinturas e fotografias e a regulamentação do Sistema Municipal de Cultura. Sou funcionário da fundação Cultural há 15 anos, mas sinto que o que nós fizemos, apesar de muitos avanços, ainda é pouco eu diria, pra aquilo que a gente precisa que realmente aconteça. Eu vejo sempre a cultura como vanguarda, mas ela está sendo tratada como retaguarda. Se eu imaginasse a gestão pública como um dragão, lá na ponta da calda seria a cultura. É a última que se pensa em investir e o primeiro que se pensa em cortar gastos e investimentos. Qualquer gestor sensato agiria assim, pois são tantas as demandas de uma cidade como a nossa, que está em pleno desenvolvimento e expansão com uma demanda sobre humana na saúde, infraestrutura e educação. Tais demandas fazem o gestor pensar por último nas questões culturais. Porém, nós vimos que nos países desenvolvidos a cultura é o carro chefe que comanda toda e qualquer ação: política, social ou educacional. Existem coisas que são imprescindíveis, outras são fundamentais. Cultura é fundamental e as outras demandas são imprescindíveis, e fazem com que se pense primeiramente em garantir pão, emprego e etc.

O que de mais importante e mais urgente precisa ser implementado na área da cultura de Imperatriz?

Um museu de registro e memória, com diversos departamentos, como fotográfico, fonográfico, registro, memória, tombamento, sacro e etc. Muitas coisas, objetos e casarões estão aí sendo desprezados porque não há uma lei e nem uma instituição que cuide especificamente disto.

É possível viver de arte e cultura?

É possível, pois já existem muitas pessoas e profissionais vivendo exclusivamente da arte e da cultura em nossa cidade. Tem muitos cantores, escolas de balé, companhias de teatro, atores, dançarinos, bandas musicais e professores de música vivendo da sua arte. Eu acredito que é possível viver sim da arte. A construção do Conservatório é um grande passo, as leis que foram aprovadas também. Outras ações que virão a partir daqui darão mais impulso nas questões culturais, não se permitindo retrocesso. Talvez muita coisa seja criada e outras coisas sejam aperfeiçoadas. A vida cultural continuará e a população estará vigilante para cobrar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Luzes em alerta para a problemática do tráfico de **PESSOAS**

O Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (30 próximo) ganha campanha do Ministério da Justiça e Cidadania. Aqui no Maranhão, o Tribunal de Justiça (TJMA), aderiu a campanha e até este sábado, 30, manterá acesa luzes na cor azul nos prédios da instituição para alertar a sociedade sobre a problemática.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Caxienses serão beneficiados com títulos de terras

TJMA reúne moradores envolvidos em projeto do Judiciário e parceiros, incluindo Igreja

CAXIAS

Dezenas de moradores de Caxias que serão beneficiados e receberão os títulos de propriedade dos seus imóveis participaram do lançamento de projeto do Judiciário em parceria com a Diocese, Prefeitura e 1º Ofício Extrajudicial. O projeto visa a regularização fundiária de área pertencente à Igreja Católica.

Presente à audiência o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha. Ele recordou que a idealização e estudos para realizar o projeto de regularização fundiária ocorreram quando ainda era corregedor-geral da Justiça, no fim de 2013, quando iniciou o trabalho de pesquisa sobre área, imóveis e demais detalhes.

"Este é o primeiro projeto de regularização fundiária de terras pertencentes à Igreja Católica no Maranhão, situação que se repete em outros municípios. Temos certeza que, em breve, eu estarei de volta aqui para participar do momento de entrega dos títulos dos imóveis a cada proprietário", disse o desembargador, deixando claro que ninguém estará suscetível a perder sua casa, seu terreno.

"Pelo contrário, os senhores terão a garantia de que o seu imóvel é seu, podendo vender, alugar e até deixar de herança quando for a hora", explicou o desembargador.

O juiz Anderson Sobral, da 2ª Vara de Caxias e que estará à frente do projeto, ressaltou que a Justiça, em parceria com as demais instituições, resolverá um problema histórico. "A regularização fundiária vai beneficiar todos os moradores dessa região, que tem como proprietária da terra a Nossa Senhora de Nazaré. Com esse projeto, todo mundo poderá fazer tudo certinho. Não será fácil, mas estaremos juntos", disse o magistrado.

Para o padre Jean Marie Van Damme, bispo auxiliar da Diocese de Caxias, há uma preocupação do bispo dom Vilson Basso, em resolver esses problemas das terras, dando a propriedade a quem é de direito. "Quando procurado, o Poder Judiciário se mostrou disponível e interessado em trabalhar por essa regularização. Hoje, damos importante passo para termos tudo resolvido", disse o padre durante a audiência.

Colaboração

O procurador do Município, Vinícius Machado Filho, também se comprometeu em colaborar com o projeto. Como acompanhou o início do trabalho, em 2013, ele sabe a importância da iniciativa e o que isso pode representar para todos os moradores. "Não podemos dizer que foi fácil chegar até aqui e que será daqui para frente. É um trabalho árduo, mas a equipe está montada e preparada para cumprir o seu papel no que for necessário", declarou.

Terreno a ser regularizado é da Igreja Católica

Sobre o andamento do projeto de regularização fundiária, Delfina Almeida e Alisson Abreu, titular e substituto, respectivamente, do 1º Ofício Extrajudicial, forneceram todas as explicações, tiraram dúvidas e se colocaram à disposição, durante todo o processo. "O ato da regularização fundiária é complexo, se dá em várias fases, mas tem tudo para dar certo", disse Alisson Abreu, tranquilizando os moradores. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

Flávio Dino, que defendia a liberdade de expressão, agora, passou a censor.
POLÍTICA 3

O censurador

Há um abismo entre ser apenas um candidato a um mandato eletivo e ser um gestor, eleito para administrar pelo bem comum. E o governador do Maranhão, Flávio Dino, (PCdoB), a cada dia mostra as diferenças entre essas duas fases da sua vida política. O comunista, que quando candidato defendia com unhas e dentes a liberdade de expressão, agora mostra que, como gestor, deve censurar.

Essa foi a decisão de Flávio Dino ao entrar com ação na Justiça para que perfis em redes sociais com sátiras ao seu governo fossem retirados do ar. O governador alega que os perfis foram criados na época das eleições para atacar sua honra e por isso devem deixar de existir.

O problema é que esses perfis, na verdade, pelo menos a maioria, foram criados após decisões do agora gestor Flávio Dino em relação ao funcionalismo público. Em várias contas na rede social Facebook, as decisões de Dino eram confrontadas diariamente com o seu discurso de candidato.

Dino já gostou de perfis sátiros na internet; agora, prefere censura para evitar críticas

Para o governador do Maranhão, ser questionado com humor significa desonra e isso justificaria a censura. O complicado para o comunista é que quando candidato até reproduzia postagens de perfis falsos de seus adversários políticos. O governador Flávio Dino mantém como seu funcionário comissionado o criador de um perfil falso feito somente para ridicularizar os seus adversários políticos.

Quando é a favor do governador e contra seus desafetos, é liberdade de expressão. Quando o alvo das sátiras é Dino, é desonra, e isso ultrapassa a liberdade que cada cidadão tem ao se expressar. Assim entendeu o juiz Clésio Cunha, que determinou a retirada dos perfis, afirmando que eles extrapolam referências aceitáveis "ao homem público da qualidade intelectual do governador". Assim é fácil. Para ele, tudo; para os demais, nada.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Feriado vai alterar rotina no Maranhão

Atividades na iniciativa privada serão modificadas dia 28 de julho; Estado adiou folga para sexta-feira

Quinta-feira, dia 28, é feriado em todo o Maranhão, pela adesão do Estado à Independência do Brasil de Portugal. Por conta disso, a rotina no estado deve ser alterada em diversos setores. De acordo com a Fecomércio-MA, o comércio de rua somente poderá abrir das 8h até às 14h. E nos shoppings, pode funcionar entre 14h e 20h, mediante acréscimo de horas extras de 100% e gratificação de R$ 40, paga aos funcionários ao final do expediente. Supermercados e demais setores do comércio varejista de gêneros alimentícios devem funcionar normalmente, mediante o pagamento de hora extra de 100%.

Os shopping centers da capital seguirão as recomendações da Fecomercio e suas lojas abrem só às 14h. Mas isso não quer dizer que os estabelecimentos irão ficar fechados nos outros horários. Os supermercados abrem logo de manhã, enquanto que as praças de alimentação e parques abrem logo ao meio dia. Cinemas seguem o horário normal das sessões já definidas.

Serviço público

As repartições públicas estaduais funcionam normalmente, pois o governo transferiu o feriado para sexta-feira, 29. A medida será obedecida por todos os órgãos do Estado, com exceção dos que prestam serviços de natureza essencial. O Tribunal de Justiça do Maranhão seguirá o expediente público estadual e dia 29 manterá o plantão judicial de 2º Grau, garantindo o atendimento às demandas judiciais urgentes, nas esferas cível e criminal. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Biné Morais

Calçadas ganham obstáculos em SL

A falta de cumprimento da Lei de Muros e Calçadas é facilmente flagrada em bairros da capital onde os espaços destinados aos pedestres são obstruídos por desníveis e até mesmo por degraus, como ocorre no Bequimão (foto). CIDADES 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fiscalização não impede a obstrução de calçadas em SL

Situação pode ser observada principalmente no centro comercial de São Luís, onde os comerciantes expõem suas mercadorias no passeio público; em outros bairros, donos de imóveis fazem construções proibidas pela legislação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fotos/Biné Morais

Dono de imóvel construiu degraus em calçada na Rua 20, no Bequimão

Pedestre com dificuldade de locomoção enfrenta obstáculos no Centro

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

A Lei de Muros e Calçadas, de 11 de janeiro de 2006, é clara quando proíbe a criação, instalação, colocação ou construção de qualquer tipo de obstáculo que prejudique a livre circulação dos pedestres nas calçadas. Diversas operações foram realizadas pela Blitz Urbana - órgão vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) – no centro da cidade para a desobstrução do passeio público, com o intuito de facilitar a travessia das pessoas. Algumas semanas após as fiscalizações, porém, irregularidades voltam a ser cometidas.

Na manhã de ontem, **O Estado** constatou situações que contrariam a Lei de Muros e Calçadas, principalmente quanto à ocupação do passeio público por engenhos publicitários e mercadorias. Na Rua de Santaninha, alguns comerciantes colocam placas e manequins nas calçadas, e os pedestres têm de caminhar pela pista, dividindo espaço com os veículos e aumentando a possibilidade de acidentes. Na Rua da Paz, a obstrução de alguns espaços compromete a locomoção das pessoas. Há trechos totalmente ocupados por vendedores ambulantes que expõem as suas mercadorias no local.

Fiscalização

De acordo com Antônio Duarte Farias Neto, diretor da Blitz Urbana, nos próximos dias o órgão fará uma operação no Centro, notificando os comerciantes que cometem irregularidades e, depois, apreendendo as mercadorias daqueles que continuarem infrigindo a lei. "Esta semana, uma equipe fará a notificação e na próxima será retirada e apreensão", disse Duarte. Ele afirmou ainda que as ações serão estendidas para a região da Praça Nauro Machado.

No João Paulo, que também tem uma rotina comercial bastante desenvolvida, há diversos casos de ocupação irregular das calçadas pelos comerciantes. Na feira, próximo à Avenida São Marçal, os vendedores já ocuparam toda a calçada, sobrando apenas a pista para as pessoas caminharem.

Acordo judicial visa garantir acessibilidade nas calçadas

Problemas relacionados com a acessibilidade são bastante observados em São Luís. Para resolver essa situação, o Ministério Público (MP) e o Município de São Luís firmaram um acordo judicial para que as calçadas sejam adaptadas para toda a população.

O processo teve como base em denúncias feitas à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência contra obstáculos e condições das calçadas que impossibilitavam ou prejudicavam o uso por pessoas com mobilidade reduzida. Um exemplo dessa situação pode ser observado na Rua 20, no Bequimão, onde o proprietário de um estabelecimento comercial construiu uma calçada que compromete a locomoção das pessoas com deficiência.

Pelo acordo homologado por sentença na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, durante audiência de conciliação, o Município comprometeu-se a, no prazo de 10 anos, tornar as ruas mais acessíveis, conforme a norma NBR 9050-ABNT . ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

SAIBA MAIS

O que a lei proíbe nas calçadas

- Revestir com material derrapante que forme superfície inteiramente lisa ou com desnível. que produza risco de escorregamento ou queda.
-Construir rampas de acesso ao imóvel, que devem ser feitas do lote para dentro.
-Criar, instalar, colocar ou construir qualquer tipo de obstáculo que prejudique a livre circulação dos pedestres.
- Depositar bancas comerciais, produtos comerciais, cavaletes, caixas de som, e outros materiais similares.
- Instalar engenhos publicitários com mensagens de caráter particular, que não tenha interesse público.
- Colocar objetos ou dispositivos delimitadores de estacionamento e garagens que não sejam os permitidos pelo órgão competente.
- Expor mercadorias, utilizar equipamentos eletromecânicos de som e eletromecânicos.
- Colocar cunha de terra, concreto, madeira ou qualquer outro objeto na sarjeta e no alinhamento para facilitar o acesso de veículos.
- Rebaixar meio-fio, sem a prévia autorização da administração.
- Criar estacionamento para veículos
- Fazer argamassa, concreto ou similares destinados à construção.
- Construir fossas e filtros para tratamento individual de esgotos e efluentes, salvo na impossibilidade técnica de ser posicionada dentro do terreno, após análise e aprovação pelo setor competente da administração.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Com os aplausos da coluna para assessora de imprensa do Tribunal de Justiça do Maranhão Amanda Campos que faz aniversário hoje dia, (26), Parabéns!

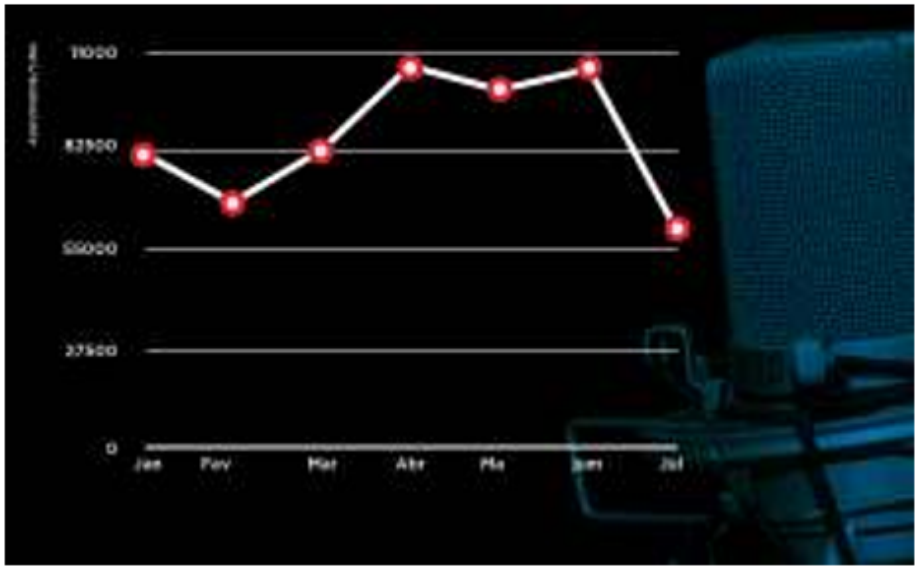
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PALESTRA

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, realizou uma palestra, na manhã de quinta-feira, 21, para coordenadores da Secretaria de Desenvolvimento Social do município. A palestra foi ministrada pelo promotor de justiça Alessandro Brandão e versou sobre a prestação de serviços à comunidade. A ação é parte da parceria, firmada no mês passado, entre o Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Poder Judiciário (Juizado Especial Criminal - Jecrim) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), para o encaminhamento de pessoas que receberam pena de prestação de serviços à comunidade em transação penal oferecida pelo MPMA. Na palestra, o titular da promotoria ressaltou a importância da prestação de serviços gratuitos à comunidade,considerando que, além do caráter punitivo, a pena para quem é julgado por qualquer tipo de crime deve servir para evitar a reincidência e reinserir o indivíduo na sociedade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

RÁDIO DO TJMA



A Rádio Web Justiça do Maranhão foi acessada mais de 540 mil vezes, no primeiro semestre de 2016, por meio do link direto no Portal do Judiciário, por aplicativo próprio em smartphones ou em sites que reúnem emissoras de rádio de todo o mundo. Em abril passado, a emissora ultrapassou - pela primeira vez - a marca de 100 mil acessos - num único mês - conforme dados coletados do servidor IceCast2 para o servidor próprio da rádio. A título de comparação, em maio do ano passado, mês da inauguração da emissora, a Rádio Web Justiça do Maranhão foi acessada 834 vezes. No mesmo mês em 2016, houve 98.959 acessos, um crescimento de mais de 118 vezes na audiência. Em abril, foram 105.296 acessos. Em junho, foram 104.741 acessos. Também na primeira metade deste ano, a emissora passou a ser ouvida em 95 países de todos os continentes. O Brasil lidera o número de acessos, seguido dos Estados Unidos, China, Japão, Rússia, Alemanha, Reino Unido, Coréia do Sul, Canadá e França, fechando as dez primeiras colocações.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CADASTRO

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) criou um banco de dados para cadastro de tabeliães, notários e registradores candidatos à interinidade de serventia extrajudicial interessados em responder interinamente por cartórios declarados vagos. O banco de dados foi instituído pelo Provimento nº 17/2016 da CGJ-MA. Para se candidatar, o interessado deverá preencher um formulário disponível na área dos "atos administrativos" da página da Corregedoria na internet (http://www.tjma.jus.br/cgj/publicacoes/sessao/31) e fornecer as informações solicitadas. O Provimento mencionado determina que a designação de interinos para as serventias vagas no Estado do Maranhão recairá preferencialmente sobre delegatário de serviço notarial ou de registro de igual natureza e do mesmo município em que instalada a serventia vaga, observando-se, ainda, alguns critérios.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Comarca de São João Batista tem novo juiz

Há quase um ano vaga, a Comarca de São João Batista ganha novo juiz titular: Ivis Monteiro Costa, um dos cinco novos magistrados empossados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, no último dia 20 de julho. Natural de Acaraju (SE), Ivis Monteiro, ao ser empossado, reafirmou o compromisso com a prestação jurisdicional ao povo do Maranhão. "Quero firmar o compromisso com a população maranhense de uma prestação jurisdicional célere e eficiente", afirmou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA adere à campanha nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aderiu e está dando efetivo apoio à 3ª Semana Nacional de Mobilização de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é sensibilizar a sociedade sobre a realidade do tráfico de pessoas.

A mobilização começou nesta segunda-feira (25) e se estende até sábado (30), período em que serão acesas luzes na cor azul nos prédios do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça, para sensibilizar a sociedade sobre a problemática.

A campanha – de iniciativa do Ministério da Justiça e Cidadania – é alusiva ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, comemorado em 30 de julho.

Divulgação

Além do Tribunal, instituições da sociedade civil, órgãos governamentais de todas as unidades da federação estão envolvidos na campanha, promovendo seminários, rodas de diálogos, blitz educativa, distribuição de materiais, entre outras iniciativas.

As ações realizadas em espaços institucionais e que se tornaram boas práticas estão sendo replicadas e adaptadas nos estados, municípios e no Distrito Federal. As abordagens da campanha serão feitas em locais, onde as pessoas ficam mais suscetíveis ao tráfico, como aeroportos, escolas, rodoviárias e regiões de fronteira.

TRÁFICO - O tráfico de pessoas é a retirada da pessoa de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país, para fins como exploração sexual, trabalho equivalente ao de escravo, extração de órgãos humanos, adoção ilegal e vários outros. Esse crime, muitas vezes, passa despercebido, mas é o terceiro mais lucrativo no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas no site: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CEMAR emite nota sobre decisão judicial

A Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) emitiu nota sobre a notícia divulgada pelo Tribunal de Justiça do Estado em torno de uma decisão proferida pelo juiz Marcelo Santana, titular da 1ª Vara de Lago da Pedra, determinando o imediato bloqueio de R$ 432.000,00 da empresa por descumprimento de ordem judicial. O magistrado explica que esse valor será imediatamente desbloqueado depois que a requerida comprovar nos autos o cumprimento da medida. A ação foi movida por uma moradora do Município de Lago da Pedra.

A CEMAR informa que já tomou ciência da decisão judicial e que está avaliando a possibilidade de interposição de eventual recurso ou outra medida processual cabível ao caso. Abaixo a nota da empresa:

"CEMAR esclarece sobre notícia emitida pelo TJ-MA

A Cemar esclarece que já tomou ciência da decisão judicial em questão e que está avaliando, nesse momento, a possibilidade de interposição de eventual recurso ou outra medida processual cabível ao caso.

Vale reiterar que a CEMAR respeita os provimentos judiciais, no entanto, faz-se necessário esclarecer que o recurso às instâncias superiores da justiça é direito constitucionalmente assegurado a todo e qualquer cidadão, órgão público ou privado e que, portanto, adotará as medidas cabíveis para a proteção de suas prerrogativas legais. Assessoria de Imprensa da Cemar"

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Banco terá que indenizar idosa que foi enganada dentro da agência

Divulgação

O Banco Bradesco S/A terá que indenizar uma mulher que sofreu fraude dentro de uma agência em Timon. De acordo com o processo, a autora relata que foi até uma agência do Bradesco e lá uma mulher se identificou como funcionaria do banco. De pronto, ela entregou à mulher o cartão com senha. A falsa funcionária, depois de manusear o cartão da reclamante em dois caixas eletrônicos, informou que não tinha nenhum dinheiro na conta, devolvendo o cartão.

A autora soube, no mesmo dia, que alguém efetuou saque no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) de sua conta. A consumidora registrou boletim de ocorrência, todavia o banco não restituiu o dinheiro. Ela então procurou o Juizado Especial Cível e Criminal de Timon e apresentou seu pedido para seja o banco condenado a devolver o valor sacado indevidamente no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) e R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais) a título de danos morais.

A sentença considerou mais um caso em que a autora foi vítima de fraude praticada por terceiros e que esse fato não exclui a responsabilidade do banco que, na espécie é objetiva, ou seja, independe de culpa.

"É de se considerar que o banco realiza negócio de risco e diante das inúmeras e conhecidas fraudes realizadas corriqueiramente, deve cercar-se de mecanismos de controle e segurança, a fim de averiguar a veracidade das informações prestadas por pretensos clientes e a autenticidade das operações realizadas com o cartão magnético nos dispositivos ATM (caixas eletrônicos), os dotando de mecanismos de segurança que sejam mais que meros cartão e senha, pois estes são obtidos facilmente pelos fraudadores ainda mais levando em conta as peculiaridades da autora que é pessoa idosa", destacou Rogério Monteles na decisão.

Ao final, o pedido foi julgado procedente e o baco Bradesco foi condenado a restituir o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) e ainda pagar à autora da ação o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais. A decisão judicial informa que o banco Bradesco pode recorrer da condenação. ***(Michael Mesquita - Asscom/CGJ)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Promotor fala a coordenadores da SEDES sobre prestação de serviços à comunidade

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, realizou uma palestra, na manhã desta quinta-feira, 21, para coordenadores da Secretaria de Desenvolvimento Social do município. A palestra foi ministrada pelo promotor de justiça Alessandro Brandão e versou sobre a prestação de serviços à comunidade.

A ação é parte da parceria, firmada no mês passado, entre o Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Poder Judiciário (Juizado Especial Criminal - Jecrim) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), para o encaminhamento de pessoas que receberam pena de prestação de serviços à comunidade em transação penal oferecida pelo MPMA.

Na palestra, o titular da promotoria ressaltou a importância da prestação de serviços gratuitos à comunidade, considerando que, além do caráter punitivo, a pena para quem é julgado por qualquer tipo de crime deve servir para evitar a reincidência e reinserir o indivíduo na sociedade.

"Devemos ter especial atenção com delitos leves", observou Alessandro Brandão. "Uma pessoa que se envolve em uma briga de vizinhos, por exemplo, e recebe uma rápida e justa pena, pode evitar que desentendimentos como estes evoluam para uma lesão corporal grave ou mesmo assassinato".

O promotor de justiça frisou, ainda, que os registros de comparecimento e avaliação de desempenho, realizados pelas coordenações, devem ser entregues mensalmente ao MPMA e ao Jecrim, de forma que sejam respeitados os horários de trabalho e de estudo do reeducando.

A coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social (Cras), Katiana Sá, disse que o encontro realizado pelo MPMA e parceiros oferece uma oportunidade para agregar serviços ao quadro das instituições e uma chance de reinserir o apenado à comunidade com sensibilização.

"Na Sedes, nós trabalhamos com pessoas vulneráveis", explica. "Qualquer ajuda e contato com as experiências de vida que presenciamos leva a um crescimento pessoal muito grande, porque provoca sensibilização com a realidade de outras pessoas".

Parceiros

Em Imperatriz, o MPMA e o Jecrim já mantêm parceria para ressocializar apenados com a Secretaria de Educação desde 2013. Atualmente, 75 pessoas cumprem a carga horária nas escolas e creches

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Divulgação

Alessandro Brandão falou sobre o cumprimento de pena em forma de prestação de serviços

do município. O convênio com a Sedes já designou 20 reeducandos para prestar serviços nas instituições que atendem crianças, adolescentes e idosos em situação de risco, pessoas em situação de rua e deficientes físicos.

Além de prestação de serviços, a Justiça aplica multas em determinados casos. As multas arrecadadas são distribuídas entre entidades sem fins lucrativos que prestam serviços à população e que mantêm convênio com o Jecrim. ***(Iane Carolina / (CCOM-MPMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA adere à campanha nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aderiu e está dando apoio à 3ª Semana Nacional de Mobilização de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é sensibilizar a sociedade sobre a realidade do tráfico de pessoas.

A mobilização iniciou ontem e se estende até sábado (30), período em que serão acesas luzes na cor azul nos prédios do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça, para sensibilizar a sociedade sobre a problemática.

A campanha – de iniciativa do Ministério da Justiça e Cidadania – é alusiva ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, comemorado em 30 de julho. Além do Tribunal, instituições da sociedade civil, órgãos governamentais de todas as unidades da federação estão envolvidos na campanha, promovendo seminários, rodas de diálogos, blitz educativa, distribuição de materiais, entre outras iniciativas.

As ações estão sendo replicadas e adaptadas nos estados, municípios e no Distrito Federal. As abordagens da campanha serão feitas em locais onde as pessoas ficam mais suscetíveis ao tráfico, como aeroportos, escolas, rodoviárias e regiões de fronteira.

TRÁFICO

O tráfico de pessoas é a retirada da pessoa de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país, para fins como exploração sexual, trabalho equivalente ao de escravo, extração de órgãos humanos, adoção ilegal e vários outros. Esse crime, muitas vezes, passa despercebido, mas é o terceiro mais lucrativo no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mais informações: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Maria da Penha

A I Semana de Valorização da Mulher, promoção aplaudida da Coordenadoria Estadual de Combate à Violência contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pela desembargadora Angela Salazar, que prossegue até amanhã, teve palestra da promotora de justiça e ativista Gabriela Massur, de São Paulo, abordando "Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: como enfrentá-la".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Cemar

A Companhia Energética do Maranhão (Cemar) está analisando a necessidade de interposição de eventual recurso ou outra medida processual cabível ao bloqueio de R$ 432 mil pelo juiz de Lago da Pedra, Marcelo Santana, porque a empresa teria descumprido determinação judicial, já que não fez ligação da luz na casa de uma cliente, apesar das demais casas do conjunto habitacional em que reside estarem com o serviço instalado. Segundo a Cemar, recurso às instâncias superiores é direito constitucional.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

O desembargador Paulo Velten profere nesta quarta-feira (27), na Associação Comercial do Maranhão, palestra sobre Os Impactos do Novo Código Civil para Empresas e Empresários. Ele é o convidado da entidade para a sessão plenária que começa às 19h

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Indenização

Por mais que os bancos alertem seus clientes sobre cuidados com aqueles que se oferecem para ajudar no uso dos caixas eletrônicos, muitas pessoas continuam caindo nas cantadas de golpistas, como foi o caso de uma senhora de Timon, cliente do Bradesco, que entregou cartão e senha a uma desconhecida e esta raspou a conta. Para a Justiça, no entanto, a culpa é do banco, por isto o condenou a devolver os R$ 800,00 sacados e ainda pagar R$ 9,2 mil a título de dando moral. A bandidagem agradece.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Banco terá que indenizar idosa que foi enganada dentro da agência

O Banco Bradesco S/A terá que indenizar uma mulher que sofreu fraude dentro de uma agência em Timon. De acordo com o processo, a autora relata que até uma agência do Bradesco e lá uma mulher se identificou como funcionaria do banco. De pronto, ela entregou à mulher o cartão com senha. A falsa funcionária, depois de manusear o cartão da reclamante em dois caixas eletrônicos, informou que não tinha nenhum dinheiro na conta, devolvendo-lhe seu cartão. A autora soube, no mesmo dia, que alguém efetuou saque no valor de R$ 800 de sua conta. A consumidora registrou boletim de ocorrência, todavia o banco não restituiu o dinheiro. Ela então procurou o Juizado Especial Cível e Criminal de Timon e apresentou seu pedido para seja o banco condenado a devolver o valor sacado indevidamente no valor de R$ 800 e R$ 9.200 a título de danos morais.

A sentença considerou mais um caso em que a autora foi vítima de fraude praticada por terceiros e que esse fato não exclui a responsabilidade do banco que, na espécie é objetiva, ou seja, independe de culpa.

"É de se considerar que o banco realiza negócio de risco e diante das inúmeras e conhecidas fraudes realizadas corriqueiramente, deve cercar-se de mecanismos de controle e segurança, a fim de averiguar a veracidade das informações prestadas por pretensos clientes e a autenticidade das operações realizadas com o cartão magnético nos dispositivos ATM (caixas eletrônicos), os dotando de mecanismos de segurança que sejam mais que meros cartão e senha, pois estes são obtidos facilmente pelos fraudadores ainda mais levando em conta as peculiaridades da autora que é pessoa idosa", destacou Rogério Monteles na decisão.

Ao final, o pedido foi julgado procedente e o Banco Bradesco foi condenado a restituir o valor de R$ 800 e ainda pagar à autora da ação o valor de R$ 5.000 a título de danos morais. A decisão judicial informa que o banco Bradesco pode recorrer da condenação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Judiciário transfere feriado do Dia da Adesão do Maranhão à Independência para sexta (29)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou Resolução (GP-262016) transferindo o feriado de 28 de julho (quinta-feira) – Dia da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil – para esta sexta-feira (29).

No dia 29 de julho, o Tribunal de Justiça do Maranhão manterá o plantão judicial de 2º Grau, garantindo o atendimento às demandas judiciais urgentes, nas esferas cível e criminal.

Serão recebidos, no plantão, pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Número disponibilizado: (98) 98815-8344.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Web Justiça

Os números são grandiosos e merecem registro: a rádio Web Justiça do Maranhão teve mais de 540 mil acessos apenas no primeiro semestre deste ano de 2016, por meio do link direto do Portal do Judiciário, via aplicativo próprio em smartphones ou em sites. O mês de abril foi o marco, quando foram ultrapassados os 100 mil acessos num único mês.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

• A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) criou um banco de dados para cadastro de tabeliães, notários e registradores candidatos à interinidade de serventia extrajudicial interessados em responder interinamente por cartórios declarados vagos.

• O banco de dados foi instituído pelo Provimento nº 17/2016 da CGJ-MA. Para se candidatar, o interessado deverá preencher um formulário disponível na página da Corregedoria: (http://www.tjma.jus.br/cgj/publicacoes/sessao/31) e fornecer as informações solicitadas.

• O Provimento determina que a designação de interinos para as serventias vagas no Maranhão recairá preferencialmente sobre delegatário de serviço notarial ou de registro de igual natureza e do mesmo município em que instalada a serventia vaga.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo